Políticas de inclusão e acessibilidade no ensino superior brasileiro

Políticas de inclusión y accesibilidad en la educación superior brasileña

Inclusion and accessibility policies in brazilian higher education

Jussier do Nascimento Souza[1]
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Géssica Fabiely Fonseca[2]
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Resumo
Este artigo apresenta uma análise bibliográfica sobre a implementação das políticas de inclusão e acessibilidade nas instituições de ensino superior brasileiras entre 2014 e 2024. A pesquisa, de abordagem qualitativa e natureza exploratória, fundamentou-se em documentos oficiais, artigos científicos e teses disponíveis em bases acadêmicas como Google Scholar, SciELO, ScienceDirect e repositórios institucionais. Os resultados indicam avanços significativos no plano legal e institucional, como a consolidação da Lei Brasileira de Inclusão (LBI) e o fortalecimento dos núcleos de acessibilidade nas universidades públicas. No entanto, persistem desafios relacionados à formação docente, infraestrutura física e digital, e à ausência de políticas institucionais com metas e a falta de avaliação de indicadores. Conclui-se que a efetivação da inclusão no ensino superior requer não apenas a existência de normativas, mas também um compromisso institucional contínuo com a equidade e a justiça social.
Palavras-chave: inclusão; acessibilidade; ensino superior; políticas públicas; deficiência.

Resumen
Este artículo presenta un análisis bibliográfico sobre la implementación de las políticas de inclusión y accesibilidad en las instituciones de educación superior brasileñas entre 2014 y 2024. La investigación, de enfoque cualitativo y naturaleza exploratoria, se fundamentó en documentos oficiales, artículos científicos y tesis disponibles en bases académicas como Google Scholar, SciELO, ScienceDirect y repositorios institucionales. Los resultados indican avances significativos en los planos legal e institucional, como la consolidación de la Ley Brasileña de Inclusión (LBI) y el fortalecimiento de los núcleos de accesibilidad en las universidades públicas. Sin embargo, persisten desafíos relacionados con la formación docente, la infraestructura física y digital, y la ausencia de políticas institucionales con metas y evaluación de indicadores. Se concluye que la efectividad de la inclusión en la educación superior requiere no solo la existencia de normativas, sino también un compromiso institucional continuo con la equidad y la justicia social.
***Palabras clave**: inclusión; accesibilidad; educación superior; políticas públicas; discapacidad.*

Abstract
This article presents a bibliographic analysis of the implementation of inclusion and

[1] Doutorando em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Possui Mestrado em Gestão Pública pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2017). E-mail: jussier_js@yahoo.com.br - ORCID: https://orcid.org/0009-0005-2820-5643.
[2] Professora Adjunta da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação Especial da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: gessica.fonseca@ufrn.br - ORCID: https://orcid.org/0000-0002-7095-6038.

accessibility policies in Brazilian higher education institutions between 2014 and 2024. The research, with a qualitative and exploratory approach, was based on official documents, scientific articles, and theses available in academic databases such as Google Scholar, SciELO, ScienceDirect, and institutional repositories. The results indicate significant legal and institutional progress, such as the consolidation of the Brazilian Inclusion Law (LBI) and the strengthening of accessibility centers in public universities. However, challenges remain regarding teacher training, physical and digital infrastructure, and the absence of institutional policies with goals and evaluation indicators. It is concluded that the effectiveness of inclusion in higher education requires not only the existence of regulations but also a continuous institutional commitment to equity and social justice.
***Keywords**: inclusion; accessibility; higher education; public policies; disability.*

1 INTRODUÇÃO

A temática da inclusão e acessibilidade nas Instituições de Ensino Superior (IES) tem ganhado destaque nas últimas décadas, especialmente diante das exigências legais e sociais que buscam uma educação mais equitativa. Além disso, a acessibilidade tem ocupado lugar central em diferentes áreas, como a arquitetura, o urbanismo, a comunicação e a informática, sendo desenvolvidos diversos programas e projetos voltados à eliminação de barreiras físicas e comunicacionais, com vistas à promoção da inclusão (Pivetta, 2016).

A partir de marcos normativos tais como a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI - Lei nº 13.146/2015), bem como o Plano Nacional de Educação (PNE – Lei nº 13.005/2014), as universidades brasileiras foram levadas a adotar políticas e práticas para garantir o acesso, a permanência e a participação de pessoas com deficiências e necessidades educacionais específicas no meio acadêmico.

A abordagem adotada neste trabalho compreende que pessoas com necessidades específicas são aquelas que, em razão de condições permanentes ou temporárias e em interação com barreiras, podem demandar apoios especializados para garantir igualdade de oportunidades no processo educacional ou profissional e plena participação social (UFRN, 2022).

Neste trabalho, apresenta-se como premissa a concepção social de deficiência, compreendendo a deficiência como uma condição da diversidade humana (Fonseca, 2022). Essa condição envolve diferenciações a longo prazo que podem envolver aspectos da sensorialidade como a visão e audição, diferenciações cognitivas e físicas que a partir de demarcadores e barreiras sociais podem gerar impedimentos para a participação em diversas esferas sociais (Brasil, 2015).

Nesse sentido, é importante destacar que tanto a LBI quanto o PNE

contemplam de forma explícita os eixos de acesso, permanência e participação das pessoas com deficiência no ensino superior. A LBI, em seus artigos 27 a 30, garante o direito a um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, prevendo condições de acessibilidade, oferta de profissionais de apoio e formação docente especializada, elementos essenciais para a permanência e participação efetiva no meio acadêmico. De modo complementar, o PNE, por meio de metas como a quarta e a 12, estabelece diretrizes voltadas à universalização do acesso, à ampliação das matrículas e à qualificação da educação superior, incluindo a formação de professores e políticas de assistência estudantil como mecanismos fundamentais para assegurar a permanência dos estudantes com deficiência nas universidades.

No entanto, a existência de políticas institucionais não garante sua efetividade. É preciso analisar como essas diretrizes foram implementadas, quais os avanços obtidos e os desafios enfrentados no cotidiano universitário.

Este artigo tem como objetivo analisar a implementação de políticas de inclusão e acessibilidade nas instituições de ensino superior brasileiras no período de 2014 a 2024, com ênfase nos resultados e limitações identificados na literatura científica por meio de uma revisão bibliográfica. O estudo se baseia em levantamento de produções acadêmicas em bases de pesquisas como Google Scholar, SciELO, ScienceDirect, Capes e BDTD priorizando estudos qualitativos que apresentem os principais avanços, entraves e a realidade da implementação dessas políticas.

Justifica-se que a escolha do recorte temporal (2014 a 2024) foi feita por considerar o início do atual PNE, que estabeleceu metas e estratégias voltadas à inclusão, e permite observar uma década de ações e reflexões sobre a temática.

2 METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa e natureza exploratória. Segundo Gil (2008), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já publicado, constituído principalmente por livros, artigos científicos e documentos oficiais.

O levantamento de dados foi realizado em bases de dados acadêmicas como Google Scholar, SciELO, ScienceDirect, Capes e BDTD, priorizando a escolha de artigos, dissertações e teses e publicados entre 2014 e 2024, que abordem a

implementação de políticas de inclusão e acessibilidade em instituições de ensino superior.

Os descritores utilizados nas referidas buscas bibliográficas foram: “implementação de políticas de inclusão” e “políticas de inclusão e acessibilidade no ensino superior”. A escolha desses descritores se deu pela sua relevância e aderência ao tema da pesquisa, possibilitando a identificação de estudos que abordam tanto os aspectos normativos quanto os desafios práticos enfrentados pelas instituições de ensino superior na efetivação de políticas inclusivas ao longo do período de 2014 a 2024.

Para a seleção do material bibliográfico, os critérios de inclusão adotados para a seleção dos textos foram: (1) publicações acadêmicas com recorte temporal entre os anos de 2014 e 2024; (2) estudos que tratassem de políticas institucionais de inclusão e acessibilidade em instituições de ensino superior (IES); e (3) produções que abordassem os principais avanços, entraves e a realidade da implementação dessas políticas nas universidades. Em contrapartida, os critérios de exclusão foram: (1) publicações que tratassem exclusivamente do ensino básico, técnico ou profissionalizante; (2) textos opinativos sem fundamentação teórica ou empírica; e (3) documentos repetidos ou que estivessem fora do escopo temático da pesquisa.

Durante a coleta de dados foram encontrados no Google Scholar, 534 documentos que continham relação com a pesquisa, dos quais foram selecionados 12 artigos e três dissertações. A busca na SciELO reportou 64 documentos envolvidos com a temática da pesquisa e a Science fez ligação com 24 documentos, sendo que em ambos todos esses documentos foram excluídos conforme critérios de exclusão adotados. A pesquisa realizada na base da Capes identificou 37 documentos, sendo selecionados três artigos; e na BDTD, das 29 dissertações e oito teses encontradas, selecionou-se três dissertações e uma tese.

A análise dos dados se deu por meio da leitura interpretativa em busca de categorizar os principais temas discutidos, como: marco legal, avanços, realidades e iniciativas institucionais e desafios na implementação.

Para garantir a validade da amostra e a consistência dos resultados, realizou-se uma leitura exploratória inicial do material selecionado, seguida de uma análise de conteúdo temática inspirada em Bardin (2011). Os estudos foram categorizados a partir de eixos recorrentes nas produções analisadas, que abordaram aspectos como

o marco legal e as políticas públicas, os avanços institucionais e as boas práticas, os desafios e limitações na implementação, bem como as perspectivas e recomendações futuras. Essa categorização possibilitou compreender a frequência e a profundidade com que cada tema foi tratado, assegurando uma análise comparativa e coerente entre as diferentes fontes.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 Marco legal

As políticas públicas de inclusão no Brasil ganharam maior consistência a partir da década de 1990, com a consolidação de legislações que promovem os direitos das pessoas com deficiência. Ao discutir a trajetória da educação inclusiva, é relevante considerar a evolução histórica da educação especial até 1990, ano em que a Conferência Mundial sobre Educação para Todos consolidou a inclusão como base para os sistemas educacionais no âmbito internacional. Posteriormente, destaca-se a Declaração de Salamanca, de 1994, que trouxe importantes diretrizes sobre a educação especial e serviu de marco para repensar práticas pedagógicas inclusivas. No contexto brasileiro, diferentes legislações têm buscado regulamentar e efetivar a educação inclusiva, cujos avanços e desafios merecem ser analisados. É necessário também refletir sobre o cenário nacional atual, de modo a compreender os fatores que impactam a adoção e a implementação de políticas de inclusão (Pivetta, 2016).

O período entre 2014 e 2024 foi particularmente relevante para as políticas públicas de inclusão no Brasil, tendo como marco o PNE, instituído pela Lei nº 13.005/2014, que estabeleceu metas específicas voltadas à promoção da equidade no acesso e permanência na educação superior.

A Meta quatro do PNE prevê a universalização do atendimento escolar para a população de quatro a 17 anos com deficiência, com acesso preferencial à rede regular de ensino, mas também inspira ações no ensino superior ao propor estratégias intersetoriais de apoio à inclusão e à acessibilidade. Já a Meta 12 trata da expansão da educação superior, incluindo diretrizes voltadas à inclusão de grupos historicamente marginalizados, entre eles as pessoas com deficiência.

Outro marco essencial e de grande importância é a LBI, que consolida o

Estatuto da Pessoa com Deficiência e reforça o papel das instituições de ensino superior na promoção de acessibilidade física, comunicacional, metodológica e atitudinal. Essa legislação afirma que as IES devem promover adaptações razoáveis, garantir tecnologias assistivas e assegurar uma formação inclusiva para seus docentes e servidores.

Em consonância com esses dispositivos, o Ministério da Educação (MEC) criou e apoiou programas como o Programa Incluir, voltado à implantação de núcleos de acessibilidade nas universidades federais. Esses núcleos têm a função de articular ações de inclusão, oferecer apoio pedagógico especializado e promover a eliminação de barreiras arquitetônicas e pedagógicas.

A seguir, apresenta-se um quadro resumo elaborado com base nas fontes consultadas na revisão bibliográfica, destacando os principais marcos legais e políticas públicas que estruturam a inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior brasileiro. O quadro organiza os documentos e legislações de maior relevância, evidenciando como o ordenamento jurídico e os programas institucionais têm contribuído para a efetivação de práticas inclusivas, o acesso e a permanência de estudantes público-alvo da educação especial nas instituições de ensino superior.

Quadro 1 - Marcos Legais relacionados à Implementação de Políticas Públicas de Inclusão no Brasil

(continua)

Ano	Marco Legal	Contribuições para o Ensino Superior
1988	Constituição Federal	Assegura educação como direito de todos; garante igualdade de condições de acesso e permanência; atendimento especializado para pessoas com deficiência (Art. 208, III)
1996	LDBEN nº 9.394	Define a Educação Especial como modalidade transversal, presente do ensino infantil ao superior; obriga sistemas de ensino a atenderem necessidades especiais

Quadro 1 - Marcos Legais relacionados à Implementação de Políticas Públicas de Inclusão no Brasil

(conclusão)

Ano	Marco Legal	Contribuições para o Ensino Superior
1999	Decreto nº 3.298	Consolida normas de proteção às pessoas com deficiência; define adaptações de provas e apoios necessários nas IES

Ano	Marco Legal	Contribuições para o Ensino Superior
2001	PNE – Lei nº 10.172	Prevê ações e metas de inclusão, acesso e permanência no ensino superior
2002	Lei nº 10.436 (LIBRAS)	Reconhece a Língua Brasileira de Sinais como disciplina obrigatória, garantindo comunicação acessível em IES
2004	Decreto nº 5.296	Regulamenta a acessibilidade arquitetônica e tecnológica; obriga IES públicas e privadas a oferecerem condições de acesso e utilização de todos os ambientes
2006 2008 2009	Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU)	Ratificada e promulgada no Brasil; pressiona políticas ativas de inclusão, com impacto direto na educação superior
2007	Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE)	Prioriza formação de professores para educação especial, implantação de salas de recursos multifuncionais, acessibilidade e permanência no ensino superior
2008	Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva	Define público-alvo da educação especial e amplia garantias de acesso e permanência em IES, incluindo materiais didáticos e tecnologias assistivas
2011	Decreto nº 7.611	Estabelece Atendimento Educacional Especializado (AEE) e núcleos de acessibilidade no ensino superior
2014	PNE – Lei nº 13.005	Meta 4: universaliza atendimento escolar; meta 12: promove inclusão de grupos historicamente marginalizados, incluindo pessoas com deficiência, na educação superior
2015	LBI – Lei nº 13.146	Consolida direitos da pessoa com deficiência; garante acessibilidade em todos os níveis, inclusive em IES; promove adaptação de métodos, tecnologias e ambientes de aprendizagem.
2016	Lei nº 13.409	Institui cotas para pessoas com deficiência em cursos técnicos e superiores das IFES, fortalecendo políticas afirmativas de acesso e permanência.

Fonte: Elaboração própria (2025).

A análise do quadro permite compreender que a implementação de políticas de inclusão no ensino superior não se dá de forma isolada, mas a partir de um conjunto articulado de normas, programas e estratégias que abrangem desde a acessibilidade arquitetônica e tecnológica até a formação docente e a criação de núcleos de apoio pedagógico especializado. Esses marcos legais refletem avanços significativos, como a adoção de cotas para pessoas com deficiência, mas também indicam desafios persistentes quanto à efetiva aplicação das políticas e à garantia de igualdade de oportunidades para todos os estudantes.

Embora as políticas públicas de inclusão tenham consolidado um arcabouço legal consistente, sua efetividade dependeu fortemente de fatores político-econômicos. A partir de 2020, cortes orçamentários e descontinuidade de programas,

como o Incluir, enfraqueceram a consolidação das ações institucionais. Assim, evidencia-se que o alcance das metas propostas no PNE e na LBI foi limitado por entraves estruturais e financeiros, comprometendo a sustentabilidade das iniciativas de inclusão nas IES.

3.2 Avanços institucionais

Entre os progressos observados, destaca-se a ampliação dos Núcleos de Acessibilidade nas universidades públicas, especialmente com o incentivo do Programa Incluir (MEC), que fomentou a criação de estruturas institucionais para atender às demandas de estudantes com deficiência. Esses núcleos têm desempenhado papel fundamental na mediação entre discentes, docentes e setores administrativos, promovendo ações de orientação, adaptação de materiais e acompanhamento individualizado (Cavalcante, 2018).

Outro avanço importante observado foi a adoção crescente de tecnologias assistivas e a incorporação de recursos de acessibilidade nos ambientes virtuais de aprendizagem, sobretudo após a pandemia de Covid-19, que acelerou a digitalização do ensino. Algumas IES passaram a desenvolver materiais em múltiplos formatos, utilizar softwares leitores de tela e promover capacitações voltadas à acessibilidade digital (Silva; Sousa, 2021).

A partir das pesquisas analisadas, identificou-se que os principais esforços e iniciativas para a inclusão nas IES foram o Programa Incluir; o Atendimento Educacional Especializado (AEE); os Núcleos de Acessibilidade/Inclusão; a Tecnologia Assistiva; os Intérpretes de Libras; as Cotas para Pessoas com Deficiência; e a Mobilização e Luta dos Movimentos Sociais, conforme imagem a seguir.

Imagem 1 - Representação Visual dos principais esforços e iniciativas para inclusão nas IES



Fonte: Elaboração Própria (2025).

De acordo com Nozu (2018) o Programa Incluir, foi criado em 2005 pelo MEC, e visava inaugurar núcleos de acessibilidade nas instituições públicas federais de Ensino Superior. Em 2007, passou a fazer parte do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), com o objetivo de aumentar bolsas de estudo, promover a inclusão social, expandir vagas e oferecer meios de permanência. Os editais do Programa Incluir (2005-2010) exigiam diversas ações, como a criação ou reestruturação de núcleos de acessibilidade, adequação arquitetônica, compra de equipamentos de tecnologia assistiva e material didático específico. Os eixos do programa incluíam infraestrutura, currículo, comunicação e informação, programas de extensão e pesquisa, fundamentados nos princípios do desenho universal e valorização da diferença humana (Nozu, 2018).

Os Núcleos de Acessibilidade e Inclusão, embora desempenhem um papel vital, frequentemente operam com estruturas consideradas mínimas, o que, segundo Julião (2022), se manifesta em múltiplas carências. Essas estruturas precárias são caracterizadas pela falta de pessoal qualificado e em número suficiente, com equipes reduzidas, muitas vezes compostas por apenas um servidor, estagiários, monitores e voluntários A Unidade Interdisciplinar de Políticas Inclusivas (UPI) da Universidade Federal de Viçosa (UFV), criada em 2014, é um exemplo de sucesso, que proporcionou um crescimento expressivo no número de estudantes com necessidades educacionais no período de 2014 a 2020 de 1.625%. Ainda segundo a pesquisa de Julião (2022), para garantir a permanência e o êxito acadêmico, a UPI conta com uma equipe multidisciplinar de docentes, técnicos administrativos e monitores que

oferecem suporte individualizado, auxiliando os estudantes a superarem sentimentos de incapacidade e os desafios da vida universitária. E Dentre as iniciativas da UPI-UFV que podem ser replicadas, destacam-se a organização de um fluxograma claro para o acolhimento e acompanhamento dos alunos, desde a apresentação de um laudo no registro escolar até o levantamento de suas necessidades específicas pela Unidade.

A Tecnologia Assistiva é definida como uma área de conhecimento interdisciplinar que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços voltados a promover a funcionalidade, autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida (Julião, 2022).

Segundo Silva e Pimentel (2021), no contexto educacional, o objetivo principal da tecnologia assistiva é romper as barreiras que dificultam o processo de aprendizagem, tornando-se uma ferramenta indispensável tanto para o ingresso quanto para a permanência desses estudantes. Sua aplicação é vasta, incluindo desde recursos simples, como lupas e bengalas, até sistemas complexos, como softwares leitores de tela, linhas Braille, impressoras Braille, equipamentos de ampliação de textos e sistemas de síntese de voz, que são cruciais para o desempenho acadêmico dos estudantes com deficiência visual. A disponibilização desses recursos pelas instituições, especialmente por meio dos núcleos de acessibilidade e bibliotecas, é fundamental para garantir a autonomia dos discentes e o acesso isonômico à informação.

Para Julião (2022), os Intérpretes de Libras são essenciais para a comunicação e o aprendizado de alunos surdos, mediando a interação com professores e colegas. A Lei nº 10.436/2002 e o Decreto nº 5.620/2005 reconhecem a importância e o papel desse profissional.

As Cotas para Pessoas com Deficiência, que foi instituída pela Lei nº 13.409/2016, incluiu pessoas com deficiência nas cotas para ingresso em universidades federais e é um avanço na garantia de acesso.

Por fim, a Mobilização e Luta dos Movimentos Sociais. Segundo Julião (2022), o movimento político das pessoas com deficiência teve como principal fator diferencial a presença ativa e reivindicatória das pessoas com deficiência, acarretando a direção e o protagonismo desse grupo social. A participação da sociedade civil organizada e

a luta por políticas públicas eficazes são indispensáveis para a criação e efetivação das leis.

As iniciativas descritas nesta seção demonstram avanços coerentes com o objetivo central deste estudo, que busca compreender a efetividade das políticas inclusivas entre 2014 e 2024. A ampliação dos núcleos de acessibilidade e o uso de tecnologias assistivas confirmam a importância da institucionalização das políticas, mas também revelam desigualdades entre as IES quanto à disponibilidade de recursos e continuidade das ações.

3.3 Desafios persistentes

Apesar desses avanços e do vasto arcabouço legal, os estudos consultados evidenciam barreiras estruturais e culturais persistentes. Muitas instituições ainda não garantem os requisitos essenciais da acessibilidade arquitetônica.

Outro desafio diz respeito à formação docente, que nem sempre contempla práticas pedagógicas inclusivas. A ausência de capacitação continuada sobre deficiência, direitos e metodologias acessíveis gera insegurança nos professores e contribui para práticas excludentes, como a negação de adaptações razoáveis ou a subestimação das capacidades dos estudantes com deficiência (Machado; Ferreira, 2019).

Há também evidências de fragilidade na institucionalização das políticas de inclusão, muitas vezes tratadas como ações isoladas ou vinculadas a iniciativas de poucos setores ou servidores.

Passos (2016) evidência, em sua pesquisa, a distância entre a legislação e a realidade, ao destacar que a consolidação de uma política nacional de inclusão, em 2008, resultou de um longo percurso histórico de lutas de entidades e representes das pessoas com deficiência, recebendo ainda a influência de normativas como a Declaração dos Direitos Humanos e fortalecido por declarações e legislações subsequentes. Embora os documentos apresentem relevantes contribuições para a temática da inclusão, o grande desafio no Brasil permanece sendo a não efetivação das leis, já que a sua existência não assegura a aplicabilidade no cotidiano.

De acordo com Almeida (2002), a ampliação do acesso ao ensino superior não foi acompanhada por transformações estruturais capazes de modificar sua

organização e funcionamento, o que limita mudanças qualitativas mais profundas. Assim, o sistema educacional permanece sustentado em uma estrutura e cultura tradicionais, favorecendo práticas de ensino superficiais que, em vez de promover inclusão, acabam por reproduzir formas de exclusão.

Pivetta (2016) e Almeida (2002) destacam que as barreiras atitudinais e culturais constituem um dos maiores entraves à inclusão no ensino superior. A falta de sensibilização da comunidade acadêmica, tanto de docentes quanto de estudantes, dificulta a efetiva participação das pessoas com deficiência, que ainda enfrentam uma sociedade marcada pela competitividade, pela discriminação e pela exclusão. Além disso, a homogeneização das práticas educacionais perpetua modelos rígidos que comprometem a emancipação humana, uma vez que a igualdade formal prevista em lei não se converte, na prática, em justiça social, a qual exige diferenciação para atender às necessidades específicas. Nesse contexto, muitos estudantes com deficiência vivenciam um sentimento de incapacidade ao ingressar na universidade, resultado de um histórico de estigmatização e exclusão escolar.

Segundo Cantorani *et al.* (2020), a infraestrutura e as condições de acessibilidade em muitas instituições ainda se mostram insuficientes para a efetiva implementação da Política de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas. Entre as limitações, destacam-se a inadequação arquitetônica, a escassez de materiais pedagógicos acessíveis, a ausência de tecnologias assistivas e até mesmo a falta de transporte acessível para atividades externas. Nessa perspectiva, a acessibilidade deve ser compreendida como condição essencial para garantir que os espaços, equipamentos, serviços de transporte, sistemas de comunicação e informação possam ser utilizados com segurança e autonomia, de forma plena ou assistida.

De acordo com Passos (2016), o despreparo e a insuficiente formação dos docentes, tanto inicial quanto continuada, impactam de forma negativa o processo de ensino e aprendizagem dos estudantes com deficiência, uma vez que muitas práticas pedagógicas ainda não incorporam a perspectiva inclusiva. Frequentemente, os professores mantêm metodologias tradicionais, sem um planejamento colaborativo que considere as necessidades específicas ou as trajetórias individuais dos alunos, reproduzindo rituais educativos sem reflexão crítica em dissonância com a formação profissional. Essa lacuna na capacitação pedagógica e na compreensão das

dificuldades de aprendizagem constitui um dos principais entraves à efetivação da inclusão no ensino superior.

Segundo Brizolla e Martins (2018), a inclusão no ensino superior ainda é conduzida de forma reativa, marcada pelo oferecimento de serviços e recursos pontuais em resposta a demandas individuais, em vez de ser orientada por políticas institucionais amplas e estruturadas. Essa fragilidade na incorporação da inclusão à política geral das instituições revela-se, por exemplo, na inexistência de planos de ensino que considerem as especificidades dos estudantes com deficiência e na carência de materiais pedagógicos acessíveis.

Arruda e Dikson (2018) apontam que a construção de uma educação inclusiva é frequentemente percebida como financeiramente onerosa. Esse cenário é agravado pelos impactos do projeto neoliberal sobre o sistema público de ensino, materializados em cortes orçamentários, sucateamento das instituições, desvalorização dos profissionais e precarização do trabalho docente. Tais fatores comprometem a efetividade das políticas de inclusão, já que a gestão da dívida pública e a consequente erosão orçamentária dificultam tanto a formulação quanto a implementação de ações que assegurem os direitos das pessoas com deficiência.

Passos (2016) evidencia que muitos estudantes com deficiência experimentam um sentimento de invisibilidade, tendo suas necessidades frequentemente negligenciadas pelas instituições. A ausência de diálogo entre gestores, docentes e os próprios alunos contribui para a manutenção de práticas pedagógicas pouco adequadas, gerando conflitos e obstáculos à inclusão. Nesse contexto, o autor ressalta que o mundo contemporâneo consolidou a invisibilidade do Outro como uma nova forma de discriminação e exclusão das diferenças humanas.

Apesar de avanços significativos no campo legislativo e acadêmico, a implementação das políticas de inclusão no ensino superior brasileiro ainda enfrenta entraves que comprometem sua efetividade. Barreiras atitudinais, culturais, estruturais, pedagógicas e financeiras revelam que a mera existência de leis não garante uma transformação concreta no cotidiano das instituições. Muitas vezes, a inclusão é tratada de forma fragmentada, em vez de constituir-se como princípio estruturante de uma política institucional sólida. Essa realidade evidencia o risco de se perpetuar uma inclusão apenas formal, que não rompe com a lógica excludente historicamente presente na educação. Diante desse cenário, torna-se imprescindível

repensar o ensino superior em sua totalidade, promovendo mudanças estruturais, culturais e pedagógicas que permitam avançar em direção a uma prática inclusiva.

3.4 Panorama geral do período 2014–2024

Ao longo da década analisada, percebeu-se uma evolução significativa no discurso institucional sobre inclusão, mas ainda com limitações na prática do cotidiana. A pandemia de Covid-19 por exemplo, revelou tanto vulnerabilidades, devido a exclusão digital de alunos com deficiência, quanto potencialidades, pelo uso de recursos digitais acessíveis, o que foi um divisor de águas na discussão sobre inclusão no ensino superior.

O cruzamento dos trabalhos de Cantorani *et al.* (2020), Santos e Hostins (2015) e Julião (2022) aponta que os maiores avanços ocorreram nas universidades federais, que contam com maior suporte técnico e financiamento, enquanto as instituições privadas e estaduais apresentaram menor grau de implementação de políticas inclusivas.

Além disso, conforme apontam Julião (2022) e Miranda (2014), a maioria dessas matrículas estão concentradas em instituições privadas. O acesso inicial à universidade é, portanto, apenas o primeiro passo, sendo que a permanência e o êxito acadêmico constituem os verdadeiros gargalos, exigindo mais do que a garantia da entrada.

Muitas Ifes enfrentaram condições inadequadas para atender às exigências da legislação, com dificuldades financeiras, falta de pessoal e carência de estrutura didática, pedagógica e humana. O Programa Incluir, iniciado em 2005, foi fundamental para a criação e consolidação de núcleos de acessibilidade. No entanto, esses núcleos e programas frequentemente se deparavam com subfinanciamento e carência de profissionais especializados, além da falta de formação específica para docentes universitários para lidar com as necessidades dos estudantes com deficiência.

Além das barreiras físicas e pedagógicas, as barreiras atitudinais que estão enraizadas em preconceitos e uma "inconsciência" geral sobre a importância da inclusão, foram identificadas como grandes entraves à efetiva integração (Miranda, 2014). A pandemia de Covid-19 atuou como um catalisador, expondo fragilidades como a exclusão digital de alunos com deficiência no ensino remoto e a necessidade de recursos digitais acessíveis (Miranda, 2014; Julião, 2022). Verificou-se também

que o cenário político a partir de 2019 também contribuiu para um retrocesso, com a diminuição de recursos públicos para o ensino superior e a extinção de secretarias vitais para a inclusão.

Diante disso, o período entre 2014 e 2024 foi caracterizado por um paradoxo: uma base legal avançada para a inclusão, contrastada por uma implementação prática repleta de desafios.

O cenário pós 2020 marcou o agravamento das dificuldades de implementação das políticas inclusivas. A redução dos investimentos públicos e o esvaziamento de instâncias governamentais responsáveis pela inclusão resultaram na interrupção de programas e na fragilização das estruturas institucionais de acessibilidade. Tais fatores revelam a vulnerabilidade das políticas à conjuntura política e econômica do país, reforçando a necessidade de estratégias sustentáveis e de longo prazo.

Destaca-se que a efetivação da inclusão exige mais do que a promulgação de leis; demanda uma transformação cultural profunda nas instituições e na sociedade, superando barreiras atitudinais, garantindo financiamento adequado, formação de profissionais e infraestrutura acessível. O caminho a percorrer é longo e exige responsabilidade coletiva para que a educação superior brasileira se torne, de fato, um espaço verdadeiramente inclusivo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise bibliográfica sobre a implementação das políticas de inclusão e acessibilidade no ensino superior brasileiro, no período de 2014 a 2024, demonstrou um cenário de avanços legislativos significativos, impulsionados pela LBI e pelo PNE. No entanto, a pesquisa revelou um persistente paradoxo entre o robusto arcabouço legal e a efetivação prática no cotidiano universitário. A mera promulgação de leis não assegura a transformação cultural e estrutural necessária para uma educação superior verdadeiramente inclusiva.

Diante da identificação de entraves estruturais, pedagógicos, financeiros e, sobretudo, atitudinais, a consolidação de uma cultura institucional inclusiva demanda a adoção de ações integradas e um compromisso contínuo com a equidade e a justiça social. Com base nos desafios observados, delineiam-se as recomendações e perspectivas futuras a seguir.

O Fortalecimento e Institucionalização das Políticas de Inclusão: é imperativo que as IES avancem além de iniciativas isoladas ou pontuais, que caracterizam uma abordagem reativa. A principal perspectiva futura é o fortalecimento das políticas institucionais por meio da criação de planos institucionais de inclusão com metas, indicadores e monitoramento bem definidos. A inclusão deve deixar de ser uma ação fragmentada e constituir-se como um princípio estruturante da política geral das instituições. Isso inclui garantir que os Núcleos de Acessibilidade, que já demonstraram ser vitais, operem com estruturas adequadas, superando a carência de pessoal qualificado e suficiente.

Investimento contínuo em formação docente: um dos maiores desafios identificados é o despreparo e a insuficiente formação docente, que contribui para práticas excludentes e a manutenção de metodologias tradicionais. Portanto, é crucial o investimento em formação docente permanente e comprometida com a diversidade. Essa capacitação deve abranger não apenas os aspectos normativos, mas principalmente as práticas pedagógicas inclusivas e a aplicação de adaptações razoáveis. A superação das barreiras atitudinais e culturais, que são grandes entraves à efetiva participação dos estudantes, passa necessariamente pela sensibilização e qualificação de toda a comunidade acadêmica.

Garantia de Financiamento Contínuo e Adequado: a efetivação da inclusão é frequentemente percebida como financeiramente onerosa. A perspectiva de futuro exige que os órgãos gestores garantam financiamento contínuo para reverter o cenário de cortes orçamentários e subfinanciamento que afetam a adequação da infraestrutura e o funcionamento dos núcleos.

Em última análise, o caminho para transformar o ensino superior em um espaço verdadeiramente inclusivo é longo e complexo. Exige que a educação seja encarada como um desafio ético, político e educacional, onde o cumprimento das normas se alie ao protagonismo e à participação ativa dos próprios estudantes com deficiência na construção das políticas que lhes dizem respeito. A concretização da inclusão depende de uma responsabilidade coletiva para democratizar o ensino superior e garantir que a igualdade formal se converta em justiça social.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, Claudovil Barroso de; FERNANDES, Sueli. Políticas de acessibilidade no ensino superior: desafios institucionais. **Estação Científica (UNIFAP)**, Macapá, v. 6, n. 3, p. 75-83, set./dez. 2016. Disponível em: https://pdfs.semanticscholar.org/3ec0/d273d2cdc1942581a6b005380c089c45c717.pdf. Acesso em: 28 ago. 2025.

ARRUDA, Gabriela Alves de; DIKSON, Dennys. Educação inclusiva, legislação e implementação. **Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 26, n. 2, ago. 2018. ISSN 1982-9949. Disponível em: https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/8177. Acesso em: 28 ago. 2025.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 20 maio 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 20 maio 2025.

BRIZOLLA, Francéli; MARTINS, Claudete da Silva Lima. Desafios da educação inclusiva no ensino superior: um retrato das políticas institucionais das universidades federais do sul do Brasil. **Revista Triângulo**, Uberaba, v. 11, n. 1, p. 136-150, jan./abr. 2018. Disponível em: https://seer.uftm.edu.br/revistaeletronica/index.php/revistatriangulo/article/view/2573. Acesso em: 28 ago. 2025.

CANTORANI, José Roberto Herrera; PILATTI, Luiz Alberto; HELMANN, Caroline Lievore; SILVA, Sani de Carvalho Rutz da. A acessibilidade e a inclusão em uma instituição federal de ensino superior a partir da Lei nº 13.409. **Revista Brasileira de Educação**, v. 25, 2020. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782020250016. Acesso em: 12 ago. 2025.

CAVALCANTE, R. M. Núcleos de acessibilidade e a inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 13, n. esp., 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/j/cadbto/a/kRTBLNNbPVdnj8SCVDWncRF/?lang=pt. Acesso em: 28 ago. 2025.

FONSECA, Géssica Fabielly. **Fundamentos e políticas da educação especial e inclusiva**. Natal: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, 2022.

JULIÃO, Cassiano Roberto Ferreira. **Políticas públicas de inclusão na educação superior**: análise das estratégias da Unidade Interdisciplinar de Políticas Inclusivas da Universidade Federal de Viçosa. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.47328/ufvbbt.2022.458. Acesso em: 12 ago. 2025.

NOZU, Washington Cesar Shoiti; BRUNO, Marilda Moraes Garcia; CABRAL, Leonardo Santos Amâncio. Inclusão no ensino superior: políticas e práticas na Universidade Federal da Grande Dourados. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 22, p. 105-113, 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pee/a/n4ZQnWfkYt7W3YSrh3VMpmt/?lang=pt&utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 28 ago. 2025.

OLIVEIRA, Marja Diane Pereira Brito de; MELO, José Wilson Rodrigues de; MEDINA, Patricia. Accessibility in higher education: public policies for people with disabilities at UFT. **Revista Humanidades e Inovação**, v. 8, n. 54, 2021. Disponível em: https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/3767. Acesso em: 28 ago. 2025.

PASSOS, Maristela. Políticas públicas de inclusão: entre o discurso e a prática. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 32, n. 4, 2016. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0102-4698163262. Acesso em: 15 ago. 2025.

PIVETTA, Katiuscia; RIBEIRO, Sandra; BRIDI, Fabiane. Inclusão e acessibilidade no ensino superior: desafios e perspectivas. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 22, n. 3, p. 399-414, 2016. Disponível em: https://pucrs.emnuvens.com.br/faced/article/view/24686. Acesso em: 15 ago. 2025.

Recebido em: 24/11/2025
Aceito em: 19/05/2026
Publicado em: 29/10/2026

Este conteúdo está licenciado sob uma Licença Creative Commons BY-NC-AS 4.0